

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO DETERMINANDO DESIGUALDADES E CONTRADIÇÕES NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – MA

PRODUCTION AND REPRODUCTION OF SPACE DETERMINING INEQUALITIES AND CONTRADICTIONS THE MUNICIPALITY OF SÃO LUÍS - MA

Yata Anderson Gonzaga MASULLO¹
Talita de Sousa NASCIMENTO²
Dionatan Silva CARVALHO³

RESUMO: A produção da natureza e do espaço são fatores interligados pelo processo geral de reprodução e para a expansão do modo de produção capitalista. Este sistema provoca a segregação espacial e a criação de novos centros produtivos, influenciados pelas lutas de classe. Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo avaliar o sistema de produção do espaço e, a partir desta, a expansão de áreas periféricas. Sob uma abordagem qualitativa e de técnicas de SIG's foram analisados dados espacializados nos setores censitários dos aglomerados subnormais como renda e população na linha de extrema pobreza, no município de São Luís – MA. O trabalho foi fundamentado em dados do censo IBGE 2010, demonstrando que no estado do Maranhão encontram-se 87 aglomerados subnormais (9,9% do total do Nordeste e 2,8% do Brasil), distribuídos em cinco municípios: São Luís (39), São José de Ribamar (27), Timon (8), Paço do Lumiar (7) e Raposa (6). São Luís possui 67% dos aglomerados subnormais do estado, onde se encontra o quinto maior aglomerado do Brasil em número de domicílios particulares ocupados, o Coroadinho com 14.278 domicílios. Outros bairros como, Sá Viana, Gapara, Divinéia, Ilhinha, Portelinha são localidades extremamente deficientes por educação, saúde, e saneamento básico.

Palavras-chave: Desenvolvimento desigual, Aglomerados subnormais e São Luís - MA.

ABSTRACT: The production of nature and space factors are interrelated by the general process of reproduction and the expansion of the capitalist mode of production. This system causes spatial segregation and the creation of new production centers, influenced by class struggles. Thus the present study aims to evaluate the system of production of space and from this the expansion of peripheral areas, a qualitative approach and techniques of GIS was analyzed spatial information in the census tracts of substandard clusters such as income and population in line extreme poverty in the municipality of São Luís, MA. The work was based on data from the IBGE 2010 census, showing that the state of Maranhão are 87 substandard clusters (9.9% of the total and 2.8% in the Northeast of Brazil), distributed in five counties: São Luís (39), São José de Ribamar (27), Timon (8), Paço do Lumiar (7) and Raposa (6). Where São Luís has 67% of substandard clusters of the state, with the neighborhood of 14,278 households with Coroadinho, being the fifth largest in Brazil. Other neighborhoods like Sá Viana, Gapara, Divinéia, Ilhinha, Portelinha location extremely poor when it comes to education, health sanitation.

Keywords: Uneven development, clusters subnormal and São Luís - MA.

¹ E-mail yanderson3@hotmail.com

² E-mail talitadsn@yahoo.com.br

³ E-mail dionatan.carvalho@uol.com.br

Introdução

O crescimento desordenado das cidades criou regiões com elevada densidade populacional e com grande deficiência em diversas escalas de análise. Neste contexto, o sistema urbano adquire um elevado grau de complexidade, cujos elementos e funções estão estreitamente correlacionados (RIBEIRO; VARGAS, 2004).

Seguindo a idéia de Lefevbre (1975) e Villaça (2001), o homem segue produzindo e reproduzindo a natureza, determinando o desenvolvimento desigual das regiões. Esta segregação espacial é resultante da forma como uma cidade se organiza, produzindo uma forma de ocupação desigual que se expressa por meio de diferenciais na qualidade dos espaços residenciais, refletindo diretamente nas condições de vida da população destas áreas. Tal fato pode ser visualizado, principalmente, nas grandes capitais do país.

A capital do Maranhão, o município de São Luís, é um exemplo deste processo desordenado de evolução e expansão urbana deflagrado nas últimas décadas e acelerado pelos grandes investimentos instalados na localidade. Os impactos provocados foram significativos na dinâmica socioespacial de toda a região, como a periferação da cidade, bem como a ampliação dos aglomerados subnormais e a conseqüente exclusão de grande parte da população.

Essa dinâmica fez com que a população da ilha do Maranhão¹, que contava com “apenas” 50 mil habitantes no ano de 1940, apresentasse uma explosão demográfica de 243,5% em 1970 (passou para 124 mil habitantes). Em 1980, a população da ilha do Maranhão correspondia a 498 mil habitantes, sendo que só o município de São Luís contava com 449 mil. Em 1996, a população da ilha já contava com 941 mil habitantes, sendo que 781 mil concentravam-se na capital do Estado. De acordo com os resultados do Censo Demográfico do IBGE realizado em 2000, a população da ilha era de aproximadamente 1.068 mil habitantes e, destes, 866 mil residiam em São Luís. Atualmente o município conta com um pouco mais de 1 milhão de habitantes, indicando que o aumento populacional no período analisado levou a uma ininterrupta incorporação de espaços (DIAS, 2005 apud MASULLO, 2010).

Desta forma o presente trabalho vem com o objetivo de analisar os indicadores socioeconômicos que influenciam o sistema de produção, reprodução e consumo do espaço na ilha do Maranhão, especialmente no município de São Luís. Mapeando e espacializando os dados nos setores censitários dos aglomerados subnormais, foi possível a identificação de áreas socialmente prejudicadas pela ausência do poder público e pela ineficácia dos serviços de educação, saúde, transporte e saneamento.

Para estruturação do sistema de análise, a utilização de mapas para o planejamento e gestão do desenvolvimento urbano foi identificada como uma das maneiras de se conhecer mais detalhadamente as condições e necessidades da população, permitindo o monitoramento e análise da distribuição espacial de situações de risco e dos problemas urbanos, além de correlacionar uma série de indicadores que influenciam no processo de periferação e urbanização das cidades.

A partir do emprego do método histórico dialético, leva-se em consideração a historicidade que levou aos problemas socioeconômicos, utilizando como tipo de pesquisa, a qualitativa e de técnicas de SIG's (Sistema de Informações Geográficas) relacionados ao processo de crescimento da urbanização e avanço das áreas periféricas (aglomerados subnormais) na região.

O trabalho foi fundamentado em pesquisa com base de fontes secundárias. Dentre as fontes consultadas, estão o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), Programa das Nações

Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as Secretarias Estaduais e Municipais do Estado do Maranhão, além de outros órgãos.

Para a construção dos mapas, foi obtido junto ao IMESC a base cartográfica da Ilha do Maranhão, associada a base dos Setores Censitários do IBGE. Assim, foi possível a confecção de mapas temáticos e a correlação dos dados. Durante o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados os seguintes softwares: EXCEL 2007, GOOGLE EARTH PRO e Arc Gis 9.3.

No desenvolvimento desta pesquisa é preciso considerar, de um lado, a dinâmica da natureza e, de outro, a dinâmica da sociedade que, completamente imbricadas uma na outra, desafiam os cientistas e gestores a um melhor conhecimento da realidade, bem como a tentativa de prognosticar circunstâncias que evidenciem situações de vulnerabilidade.

Processo de produção do espaço na construção do desenvolvimento desigual

Entende-se que o processo de produção do espaço determina o desenvolvimento desigual, a partir das inter-relações sociais estruturadas e solidificadas pela dinâmica socioespacial do ambiente urbano.

Dessa forma a produção do espaço, de acordo com Smith (1988), é um resultado da produção da natureza. Sendo assim, a produção da natureza e do espaço são fatores interligados pelo processo geral de reprodução e expansão do modo de produção capitalista.

O trabalho humano torna-se, então, responsável pela unidade sociedade-espaço que resulta da produção social do espaço geográfico. O homem, então, atua sobre a natureza para atender as suas necessidades imediatas, modificando a sua própria relação com o meio e com a sociedade. Enfim, o homem reproduz, mas, também produz o espaço, envolvendo as contradições e as particularidades do real, influenciando os processos sociais subsequentes. A partir daí tem-se a tendência para a equalização, em um fator realmente concreto na criação do desenvolvimento desigual (SMITH, 1988).

Já Lipietz (1979), atribui a existência de regiões desigualmente desenvolvidas, à articulação dos modos de produção em sua dimensão espacial, sendo este o resultado de uma interligação entre diferentes modos de produção, sob o domínio do capital.

Lefebvre (1975) e Villaça (2001), afirmam que o homem segue produzindo e reproduzindo a natureza, determinando o desenvolvimento desigual das regiões. Relativo a esta produção e reprodução, a mesma é direcionada pelas necessidades das classes dominantes, universalizando seus interesses particulares e os aplicando ao espaço urbano, ganhando assim uma formulação própria, além de constituir uma tendência de usar a cidade como sua propriedade.

De acordo com Limonad (2011), nas últimas duas décadas do século XX observa-se tanto a fragmentação quanto a dispersão espacial dos processos produtivos em diferentes escalas, resultando na reorganização do espaço, redistribuindo e reestruturando os processos produtivos. Este sistema leva a urbanização a outro patamar, resultante da forma como uma cidade se configura, produzindo uma forma de ocupação desigual, expressando-se por meio de diferenças na qualidade dos espaços residenciais e na vida da população.

O “urbano”, então, é o espaço estruturado pelas condições de deslocamento da força de trabalho enquanto consumidora e produtora, influenciadas pela forma específica de articulação espacial da produção, da circulação, do consumo e da formação social (VILLAÇA, 2001).

Este espaço urbano é visualizado a partir de interesses, estabelecendo as lutas de classe por infraestrutura, serviços básicos, acessibilidade e outros, facilitando o deslocamento de uns

em detrimento de outros, daí a construção de novos centros, para se adaptar às necessidades da elite. Este fato demonstra as lutas de classe pelo consumo e não pela produção.

A raiz dessa dinâmica é a transformação do espaço em mercadoria, pelo consumo e pelos privilégios concedidos, materializando e selecionando este consumo (CARLOS, 1999). Este sistema de produção e reprodução do espaço, influenciada pela ideologia imposta pelas classes dominantes, provoca uma série de impactos a serem ressaltadas como a segregação espacial.

Tais impactos são provocados principalmente pelo crescimento em larga escala das aglomerações urbanas (núcleos com mais de 5.000 pessoas segundo a ONU). Segundo estimativas, em 1800, apenas 3% da população mundial vivia nas cidades, 100 anos depois 14%, e em 1970 era contabilizado 38% vivendo em áreas urbanas, atualmente mais da metade dos habitantes do planeta estão situados em aglomerados urbanos (SOUZA, 2011).

A chamada segregação urbana acaba sendo resultante da forma como uma cidade estrutura-se, produzindo uma forma de ocupação desigual, expressada nas diferenças da qualidade dos espaços residenciais e nas condições de vida da população. Este processo provoca a consequente periferação das cidades, vistas por Faissol (1987 apud SILVA 1995), como áreas marginalizadas com ausência ou deficiência de serviços públicos não sendo determinadas pela distância do centro, mais sim pela inexistência de tais serviços.

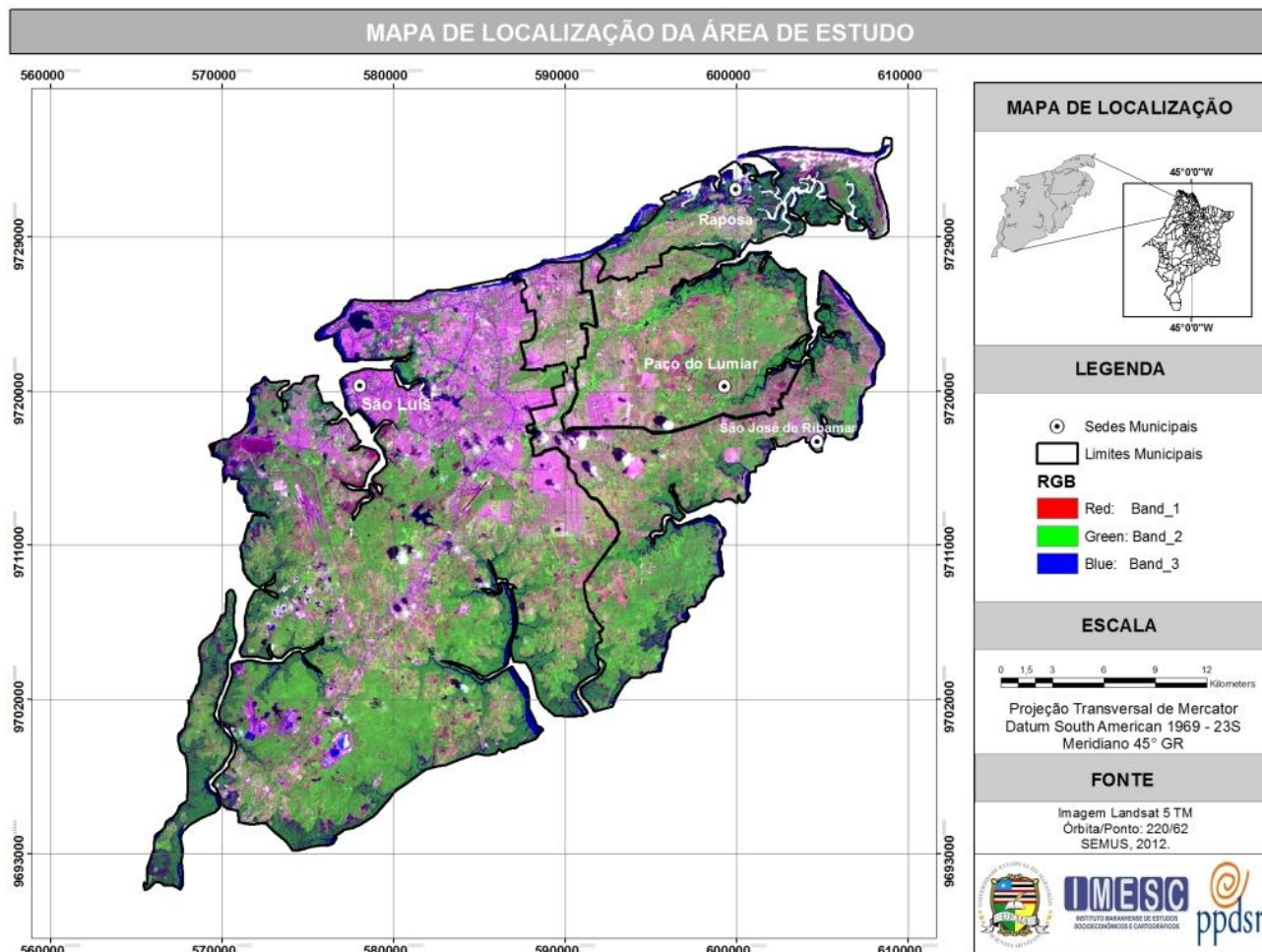
Estes espaços formam-se a partir de um modelo urbano desigual, e junto com os centros urbanos, surgem também as desigualdades socioespaciais, verificadas mais nitidamente com a expansão das periferias urbanas, marginalizando regiões, através da segregação de serviços, e na hierarquização das cidades. Constrói-se a estrutura e organização do território, a partir do substrato das políticas públicas e dos agentes socioeconômicos que compõem a sociedade, modelando e dinamizando o sistema.

Este processo de segregação social se articula sob aspectos políticos (por meio de legislações urbanísticas, estruturadas pelo Estado, atingindo principalmente o sistema de transporte), econômicos (utilizando o mercado da terra, formando preços pela atividade imobiliária) e ideológicos (onde as classes dominantes produzem e difundem idéias que visam esconder os reais processos de produção do espaço urbano desigual) (VILLAÇA, 2012).

São Luís é um exemplo claro deste processo, abarcando uma série de áreas consideradas periféricas, originadas por questões históricas e determinadas pelo modo de produção, condicionadas pelas políticas habitacionais promovidas pelo Estado que foram ao encontro das preferências e determinações das classes dominantes, refletindo nas condições de vida da população.

Parte-se, aqui, do princípio de que a sociedade interfere nas diversas paisagens e ambientes do planeta, transformando-os segundo as suas próprias necessidades, implicando num conjunto de modificações diferenciadas no decorrer da (re)produção do que se concebe como espaço geográfico, isto é, do local ao global, em que as escalas de atuação e análise de eventos são fatores condicionantes para um bom diagnóstico das “influências antropogênicas”. Estas transformações, ao contrário daquelas decorrentes da própria dinâmica natural da terra, desenvolvem-se durante um “curto” intervalo de tempo (DIAS; NOGUEIRA JÚNIOR, 2005).

O Estado do Maranhão é dividido em 21 Regiões de Planejamento, a capital São Luís situa-se na Região de Planejamento da Ilha do Maranhão, encontrando-se na zona costeira maranhense, nas coordenadas 02°22'23" e 02°51'00" Lat. Sul; 44°26'41" e 43°59'41" de Long. Oeste, como pode ser observado no **Mapa 1**.



Mapa 1: Mapa de localização da Ilha do Maranhão

O rápido crescimento populacional pelo qual estão passando os municípios da Ilha e principalmente São Luís acarreta o aumento da ocupação desordenada responsável pelo surgimento de variados problemas de ordem ambiental, estético, sócio-econômico ou urbano (SANTOS, 1996).

Nesse contexto, o município de São Luís deve ser considerado como um reflexo das dinâmicas externas do capital. A partir daí desenvolveram muitos núcleos habitacionais que passaram a “gravitar” o Centro da capital maranhense. O espaço foi se artificializando a partir de técnicas de terraplanagem e de sucessivos aterros de áreas de nascentes, de cursos d’água de pequeno porte, de zonas intertidais (vasas de manguezais e proximidades de praias), além do surgimento de novas áreas de ocupação e dos primeiros conjuntos habitacionais (DIAS; NOGUEIRA JÚNIOR, 2005).

A expansão urbana, não foi originada apenas pela construção de avenidas ou pontes, mas pela necessidade das classes dominantes de circulação e deslocamento. Isto, somado a grandes projetos industriais instalados na Ilha do Maranhão, a exemplo da ALUMAR e VALE (antiga CVRD) partes integrantes do Programa Grande Carajás, que transformaram a região em um polo de atração de mão-de-obra para as mesmas e para inúmeras empreiteiras, culminando com o agravamento dos problemas urbanos (SANTOS, 1993 apud SAMAS ENGENHARIA AMBIENTAL, 2001).

Essa dinâmica fez com que, a população da ilha, saltasse de 50 mil habitantes em 1940, para 124 mil habitantes no ano de 1970. Em 1980, a população da Ilha do Maranhão já correspondia a 498 mil habitantes. No ano 2000, de acordo com os resultados do Censo

Demográfico do IBGE, a população era de aproximadamente 1.068 mil habitantes e, destes, 866 mil residiam em São Luís. Este, atualmente conta com um pouco mais de 1 milhão de habitantes, indicando que o aumento populacional no período analisado levou a uma ininterrupta incorporação de espaços (DIAS, 2005 apud MASULLO, 2010; IBGE, 2010).

Esse processo de ocupação deu de forma mais intensificada nas últimas décadas. Em estudo realizado, Bahiana (1983 apud SILVA 1995) afirmou que o padrão da localidade é caracterizado por semicírculos e círculos, definido por um conjunto de distritos localizados em torno do centro produtivo, apresentando altas taxas de crescimento demográfico.

Segundo Silva (1995), São Luís, na década de 1950, possuía um corredor de ocupação, o corredor *Centro – Anil*, já nos anos 1960 houve a implantação da barragem do Bacanga e de duas pontes sobre o rio Anil, adivindas da necessidade de ocupação desses territórios, isso possibilitou uma migração populacional, fazendo com que a população se dirigisse para os setores oeste e norte e, mais tarde, a leste, margeando o rio Anil. Atualmente essa ocupação se passa para os municípios São José de Ribamar e Paço do Lumiar, sendo estas, transformadas em áreas periféricas de São Luís.

A expansão urbana não foi originada apenas pela construção de avenidas ou pontes, mas pela necessidade das classes dominantes de circulação e deslocamento, isto somado a grandes projetos industriais instalados na Ilha do Maranhão.

Esse padrão de desenvolvimento marginalizou determinados bairros e elitizou outros, criando um corredor de ocupação para áreas como *Renascença – Calhau*, deslocando o centro produtivo da cidade. Este processo deu origem a áreas com déficit de serviços básicos como segurança pública, abastecimento de água, coleta de lixo, esgoto e saúde de qualidade, e outras áreas com uma infraestrutura deficiente e com serviços públicos funcionando de forma precária.

Os grandes aglomerados urbanos formam-se a partir de um modelo urbano desigual, e junto com os centros urbanos advém também a desigualdade socioespacial, verificada mais nitidamente com a expansão das periferias. Este sistema produz regiões de extrema pobreza, expressas na segregação de serviços e na hierarquização das cidades em rede.

Os grandes aglomerados urbanos formam-se a partir de um modelo urbano desigual, onde ocorre uma urbanização através da expansão de áreas periféricas revelando bairros sem planejamento e com graves problemas socioambientais (JACOBI, 1990). Junto com as cidades advém também a desigualdade socioespacial, verificada mais nitidamente com a expansão das periferias urbanas, configurando regiões de extrema pobreza, expressas na segregação espacial e ambiental dos grandes aglomerados urbanos (MARICATO, 2002).

Aglomerados subnormais em São Luís - MA

A partir de meados do século XX, percebe-se um grande esforço do governo em estudar as áreas de ocupação irregular. Destacam-se os trabalhos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Em 1953, o Instituto lançou o volume “As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950”, quando foi apurado que 7,2% da população do Distrito Federal (169 mil pessoas) eram moradores de favelas. Desde então, com a aceleração do processo de urbanização do Brasil, o problema ganhou maior dimensão e complexidade. Em 1987, o IBGE criou o conceito de *aglomerados subnormal* que foi utilizado nos Censos de 1991 e 2000. (IBGE, 2011a).

A definição do conceito de aglomerado subnormal foi resultado de reuniões, realizadas no final da década de 1980, entre o IBGE, representantes da

comunidade acadêmica e de instituições governamentais. Considera-se um aglomerado um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (IBGE, 2011c).

Esse conceito, todavia, possui certo grau de generalização de forma a abarcar a diversidade de assentamentos irregulares do Brasil² – favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre outros – além de atender as recomendações internacionais.

No Censo 2010, o conceito de aglomerado subnormal foi mantido, entretanto, a necessidade de retratar a diversidade dos aglomerados subnormais ensejou um aprimoramento no levantamento dos dados, resultante de inovações tecnológicas e de inovações de outros métodos de trabalho. Os avanços no estudo dos aglomerados subnormais no Censo 2010, em relação ao Censo Demográfico de 2000, foram: a) avanço tecnológico - conjunto de imagens para todo o país³, hardware e software para processamento; b) equipe específica para suporte, supervisão e treinamento; b) pesquisa específica sobre aglomerados subnormais – Levantamento de Informações Territoriais⁴ (LIT); c) reuniões das Comissões Municipais de Geografia e Estatísticas⁵ (CMGEs) sobre aglomerados subnormais; d) conjuntura - avanço na identificação de áreas similares a aglomerados subnormais pelas prefeituras. (IBGE, 2011a)

Quanto à distribuição dos aglomerados subnormais é importante citar três pontos: a denominação e subdivisão da área são definidas por critérios sociais e políticos; os aglomerados subnormais contíguos podem formar grandes “manchas” de aglomerado; e que os aglomerados subnormais apresentam grande variação de tamanho. (IBGE, 2011a)

Em dezembro de 2011, o IBGE divulgou os dados referentes aos aglomerados subnormais do país, contemplando informações sobre população, domicílios, serviços e alguns indicadores sociais (composição da população por sexo e idade, analfabetismo, rendimento) e base gráfica.

De acordo com esses dados, em 2010 o país possuía 6.329 aglomerados subnormais em 323 dos 5.565 municípios brasileiros. Eles concentravam 6,0% da população brasileira (11,5 milhões pessoas), distribuídas em 3,2 milhões domicílios particulares ocupados (5,6% do total). Os aglomerados subnormais predominam nas regiões metropolitanas: 20 delas abrigam 88,6% do total de domicílios em aglomerados, com destaque para as regiões metropolitanas de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Belém, as quais, somadas, concentram quase a metade (43,7%) do total de domicílios em aglomerados subnormais do país. As maiores proporções de domicílios ocupados em aglomerados subnormais em relação ao total de domicílios ocupados da Região metropolitana estavam em Belém (52,5%), Salvador (25,7%), São Luís (23,9%) e Recife (22,4%). (2011b)

De acordo com o IBGE, no estado do Maranhão encontram-se 87 aglomerados subnormais (9,9% do total do Nordeste e 2,8% do Brasil), distribuídos em cinco municípios: São Luís (39), São José de Ribamar (27), Timon (8), Paço do Lumiar (7) e Raposa (6).

Em todo o estado, são 91.786 domicílios particulares ocupados (d.p.o.) em aglomerados subnormais, que representam 5,5% do total de d.p.o. do estado. Nos municípios, tem-se a seguinte participação dos d.p.o. em aglomerados em relação ao total de d.p.o.: São José de Ribamar (44,3%, que representa 18.866 d.p.o. em aglomerados subnormais), Raposa (24,7%, 1.648 d.p.o.), São Luís (22,3%, 61.845 d.p.o.), Timon (14,8%, 5.989 d.p.o.), Paço do Lumiar (12,8%, 3.468 d.p.o.).

O município de São Luís possui 67,4% dos d.p.o. em aglomerados subnormais do

estado. Encontra-se também em São Luís, o quinto aglomerado subnormal com maior quantidade de domicílios particulares ocupados do Brasil⁶, o Coroadinho com 14.278 d.p.o.

A capital maranhense segundo o IBGE possui 232.912 pessoas residindo em aglomerados subnormais, isso representa aproximadamente 23% da população total do município vivendo em condições extremamente precárias, seja em favelas, invasões ou palafitas. A **Tabela 1** mostra os aglomerados subnormais de São Luís.

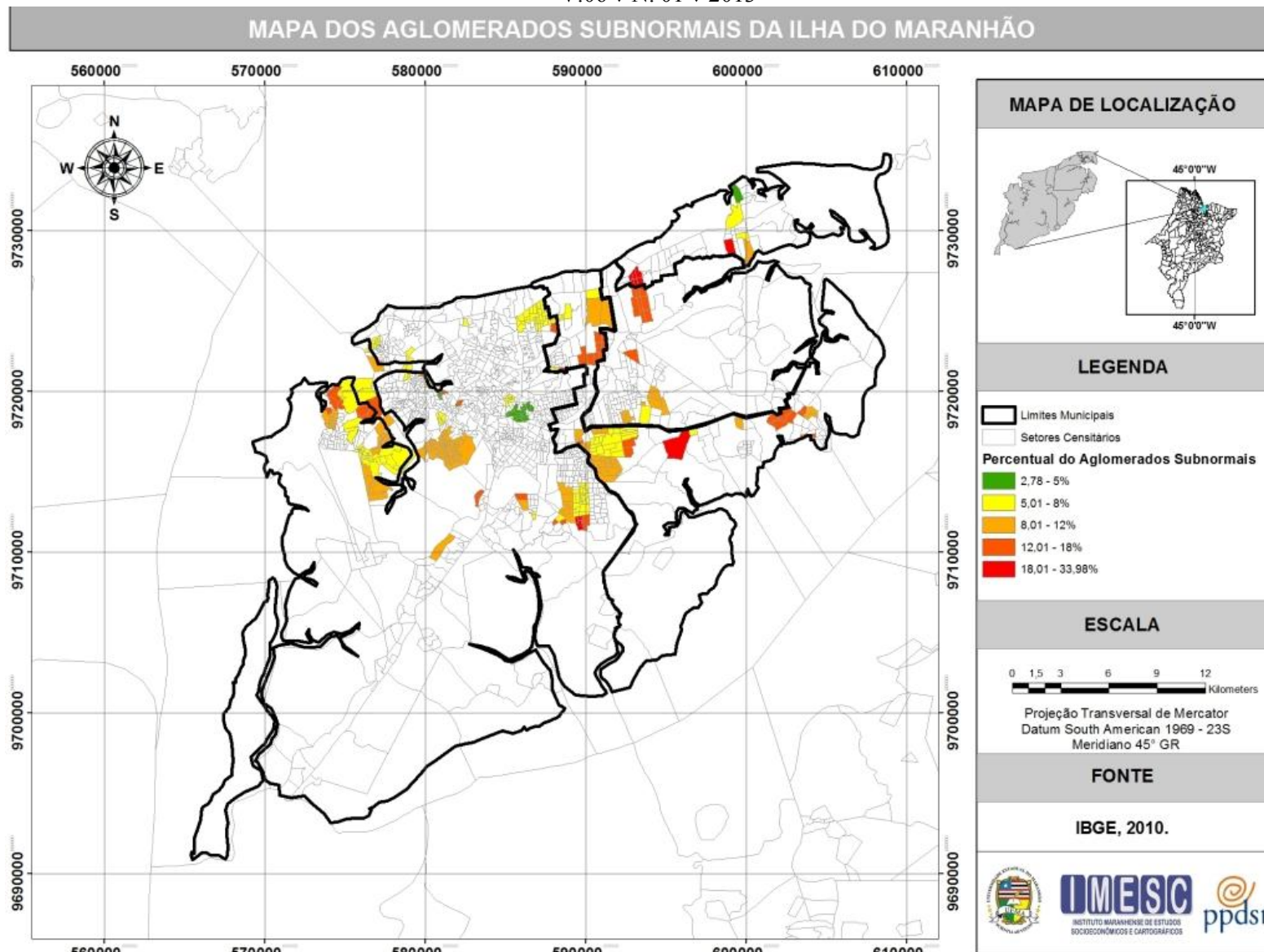
Tabela 1 – Ranking dos aglomerados subnormais da região metropolitana de São Luis - por domicílios particulares ocupados

Ordem	Aglomerados subnormais	d.p.o.* em aglom. subn.	População residente em d.p.o. em aglom. subn.	Média de moradores em d.p.o. em aglom. subn.	Ordem	Aglomerados subnormais	d.p.o.* em aglom. subn.	População residente em d.p.o. em aglom. subn.	Média de moradores em d.p.o. em aglom. subn.
	Maranhão	91.786	348.074	3,8		Maranhão	91.786	348.074	3,8
	São Luís	61.845	232.912	3,8		São Luís	61.845	232.912	3,8
1	Coroadinho	14.278	53.945	3,8	21	Irmãos Coragem	547	2.368	4,3
2	Vila Embratel	6.244	23.506	3,8	22	São Francisco	484	1.908	3,9
3	Vila Luizão	5.868	22.353	3,8	23	Tamancão	473	1.789	3,8
4	Vila Janaína	4.450	16.596	3,7	24	Jaracati	460	1.759	3,8
5	Vila Isabel Cafeteira	3.717	14.107	3,8	25	Santa Bárbara	418	1.595	3,8
6	Vila São Luis	2.570	9.733	3,8	26	Vila Itamar	415	1.680	4,1
7	Sá Viana	2.467	9.460	3,8	27	Vila Vitória	413	1.520	3,7
8	Santa Clara	1.892	7.211	3,8	28	Resid. Pontal da Ilha	398	1.361	3,4
9	Ilhinha	1.876	6.901	3,7	29	Vila Alexandra Tavares	349	1.198	3,4
10	Divinéia	1.669	6.326	3,8	30	Alemanha	337	1.423	4,2
11	Coroado	1.529	5.815	3,8	31	Jaracaty	330	1.312	4,0
12	Novo Angelim	1.265	4.805	3,8	32	Vila Conceição II	303	1.111	3,7
13	Gapara	1.262	4.678	3,7	33	Sá Viana	282	1.050	3,7
14	Vila Gancharia	1.241	4.565	3,7	34	Liberdade	244	828	3,4
15	Vila Nova	1.112	4.011	3,6	35	Alto da Esperança	231	937	4,1
16	Vila Mauro Fecury I	1.068	4.076	3,8	36	Santa Rosa	206	874	4,2
17	Fé em Deus	790	3.001	3,8	37	Mangue Seco	169	648	3,8
18	Resid. do Careca	786	2.366	3,0	38	Portelinha	115	350	3,0
19	Camboa	780	3.029	3,9	39	Santa Júlia	114	397	3,5
20	Vila Maria Aragão	693	2.320	3,4					

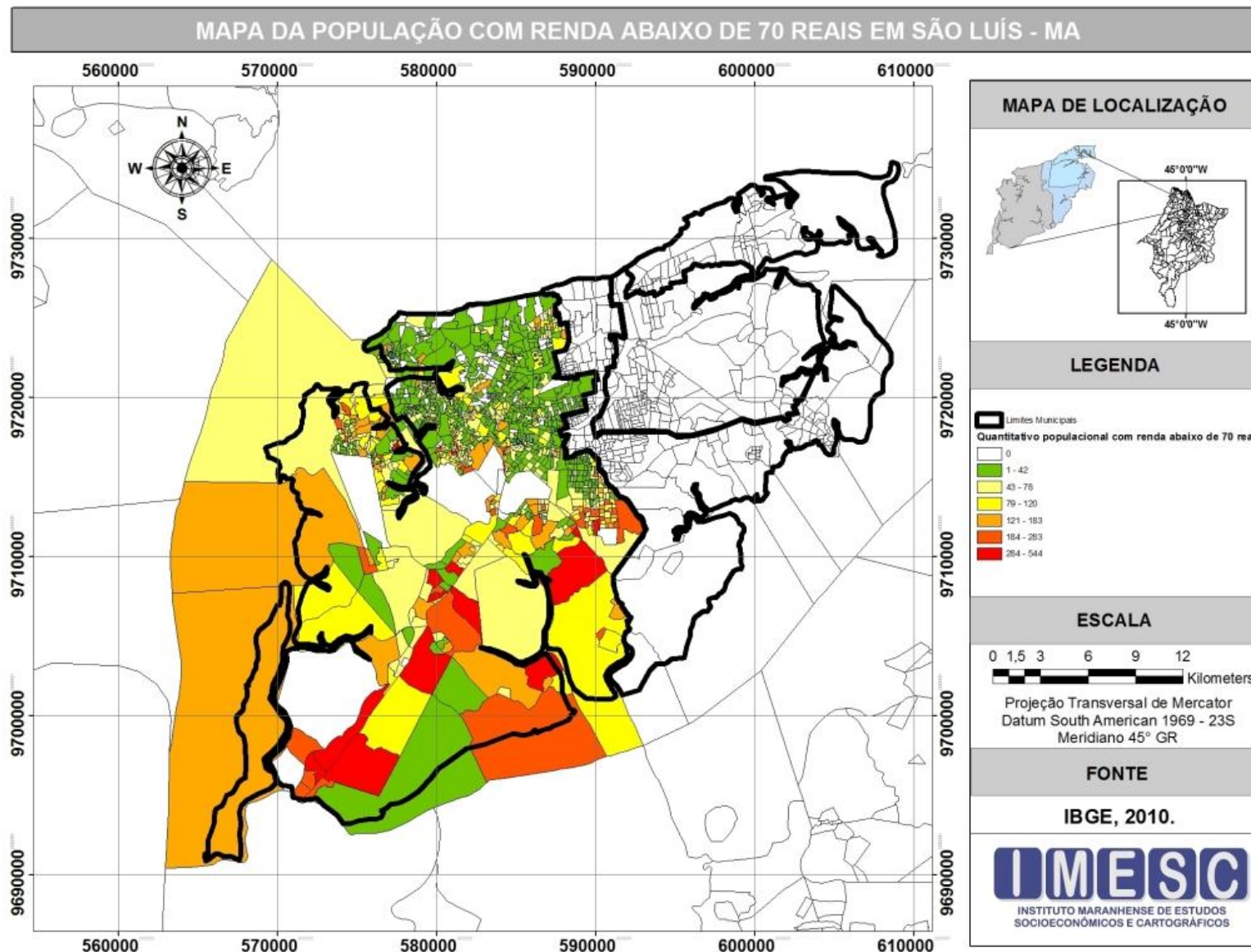
Fonte: IBGE

* d.p.o.: Domicílios particulares ocupados

Percebe-se, de acordo com os **Mapas 2 e 3**, que os setores com aglomerados coincidem, em sua maioria, com os setores mais pobres do município. O que corrobora a segregação urbana em São Luís, decorrente, em grande parte, da forma de ocupação desigual, que resultou na expansão de áreas marginalizadas.



Mapa 2 - Aglomerados subnormais do município de São Luís - por setores censitários (2010).



Mapa 3 - População extremamente pobre do município de São Luís - por setores censitários (2010).

Com a espacialização dos dados nos mapas relacionados aos setores censitários, é possível a identificação dos aglomerados subnormais em localidades extremamente populosas como a área Itaqui-Bacanga que contém cerca de 250 mil pessoas (aproximadamente 1/4 da população de São Luís), com aglomerados que contém entre 10 e 30% da população vivendo abaixo da linha da pobreza (**Mapa 4**).

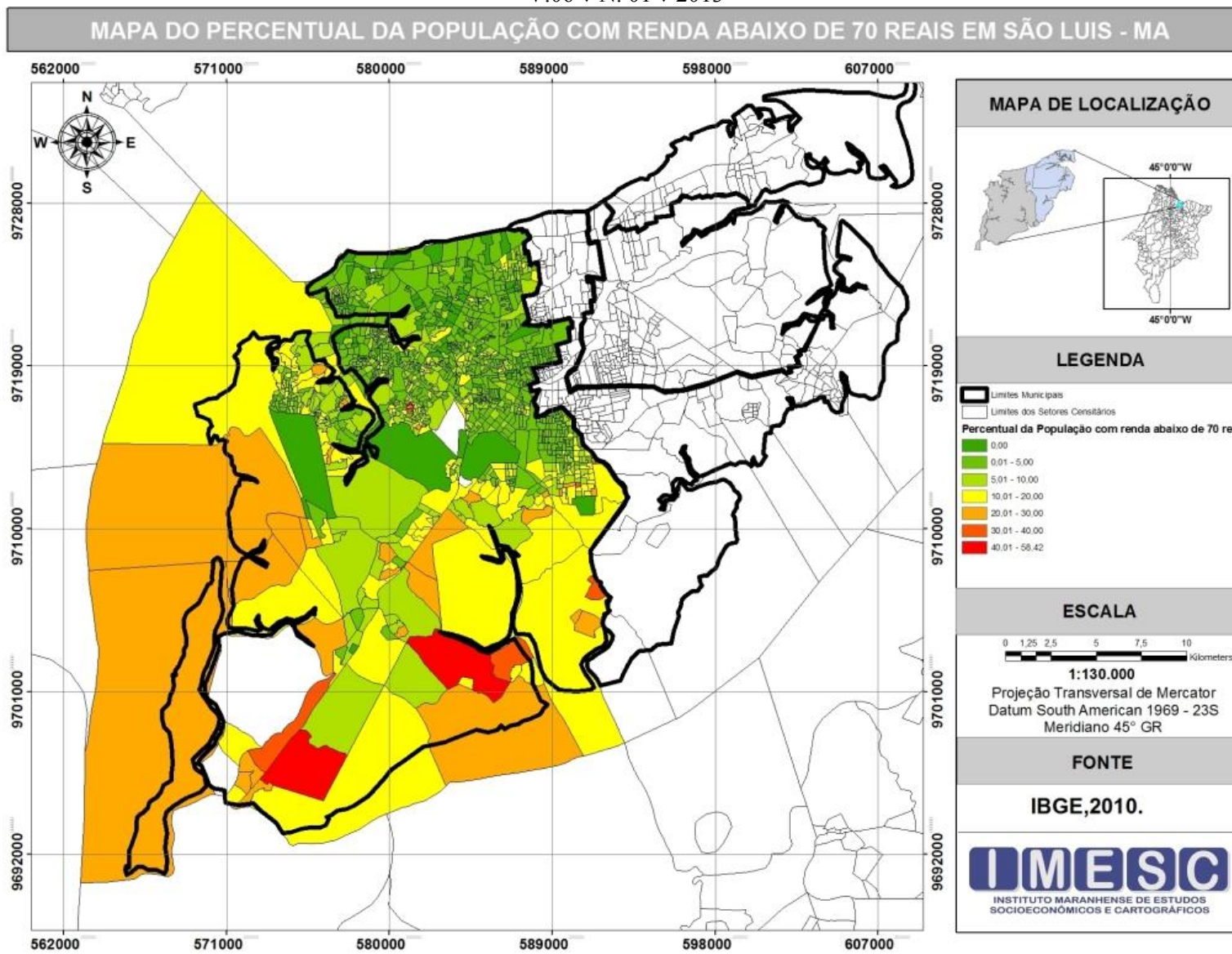
É imperativo relacionar o quantitativo e o percentual da população que vive abaixo da linha da pobreza com os aglomerados subnormais, levando em consideração que as áreas identificadas como periféricas no perímetro urbano de São Luís estão em processo de expansão direcionadas aos municípios que fazem parte da região metropolitana, como São José de Ribamar e Paço do Lumiar.

Com esta agregação e posterior análise dos dados, percebem-se extensas áreas não consideradas como aglomerados subnormais que, porém, possuem graves problemas de segurança, infraestrutura e acessibilidade aos serviços públicos. Estas são regiões que podem ser visualizadas como provável área de expansão no processo de periferação do município, tendo em vista a proximidade e as características semelhantes desde a ocupação até a dinâmica socioespacial vigente.

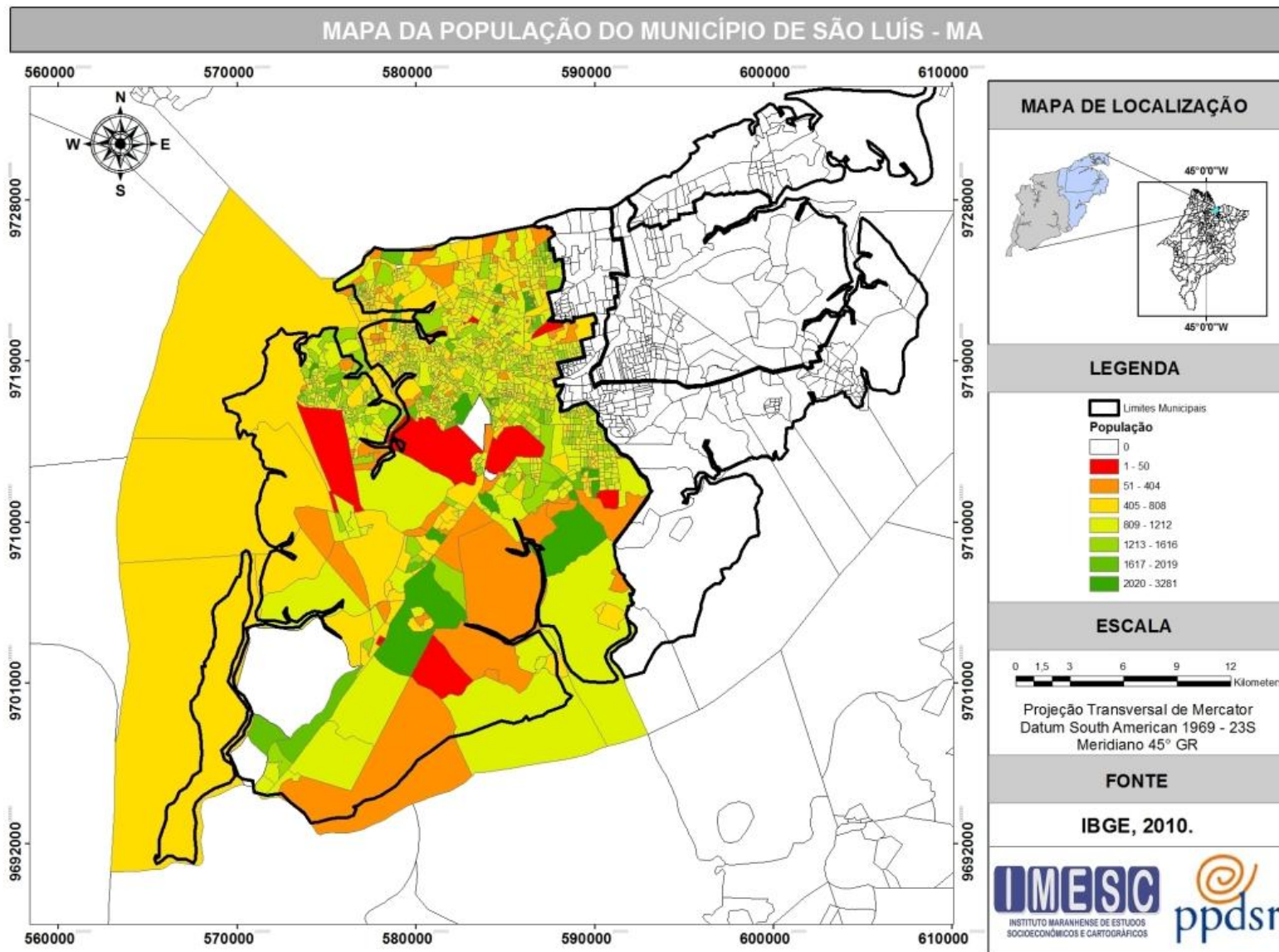
Os aglomerados de São Luís são reconhecidos como áreas de invasão (Ilhinha, Portelhinha, Janaína e Sá Viana), vilas (Embratel, Isabel Cafeteira, São Luís e Itamar), palafita (São Francisco, Camboa e Mangue Seco), entre outros.

O **Mapa 5** expõe que os setores com aglomerados subnormais são os mais populosos, contrastando com as regiões que possuem mais acessibilidade a educação, saúde, transporte, saneamento e lazer, porém menos extensas e com grande poder aquisitivo. Observação que reafirma o rápido crescimento populacional e a concentração de renda pelo qual estão passando os municípios da Ilha, especialmente São Luís, acarretando o aumento da ocupação desordenada responsável pelo surgimento de variados problemas de ordem ambiental, estético, socioeconômico e urbano (SANTOS, 1996).

A relação entre vários indicadores mostra diversas questões que associadas apontam características do sistema complexo onde vivemos, contudo, devemos avaliar de forma específica cada indicador, tendo em vista as relações multiníveis que o ambiente urbano abrange atualmente. Este sistema reflete a organização espacial vigente onde se determina formas e meios de se produzir e reproduzir desigualdades.



Mapa 4 – Percentual da população extremamente pobre do município de São Luís por setores censitários - 2010.



Mapa 5 – População da região metropolitana de São Luís por setores censitários (2010).

Considerações finais

A moradia digna é um direito assistido pela Constituição Federal, viabilizada através de programas federais tais como: do Programa Habitar Brasil (2001), fundamentado em princípios cuja moradia apresenta-se como uma condição básica para o ser humano, não apenas como abrigo, mas alicerçada por um conjunto de fatores como *salubridade*, definida a partir das condições de higiene da edificação e *segurança*, vista como as condições de confiabilidade estrutural da construção, além de levar em consideração as condições de *acessibilidade* a educação, saúde, lazer e cultura.

Neste contexto, as causas e as consequências do processo de urbanização, integrado às condições de variabilidades socioespaciais, juntamente com as questões vetoriais e às políticas públicas têm ganhado cada vez mais importância nos dias atuais.

Um cenário de preocupações e inquietações, de dimensão planetária, formou-se nas últimas décadas, em face das possíveis implicações, derivadas da relação ambiente-sociedade sobre a qualidade de vida humana num futuro próximo. Desta forma, entende-se que os resultados trazem a possibilidade de avaliação das ações e maior entendimento do sistema desigual de urbanização que modelamos.

Os processos se manifestam em escala local, regional e global, gerando fenômenos de alta complexidade, que apontam importantes desafios à compreensão e gestão de variados problemas a eles associados.

A partir do século XX o Estado passou a canalizar esforços para melhor compreender esses processos. Um grande passo se deu em 1987, quando se nomearam essas regiões de ocupação irregular de *aglomerados subnormais*, e posteriormente, intensificaram os estudos nessas localidades. As operações censitárias tem sido maior fonte de dados para tais estudos.

Em 2010, constatou-se que havia 6.329 aglomerados subnormais no Brasil, distribuídos em 323 dos 5.565 municípios brasileiros, concentrando uma população de 11,4 milhões pessoas (6% do total da população brasileira). No estado do Maranhão encontram-se 87 aglomerados subnormais, distribuídos em cinco municípios: São Luís (39), São José de Ribamar (27), Timon (8), Paço do Lumiar (7) e Raposa (6). Ao todo, são 91.786 domicílios particulares ocupados (d.p.o.) em aglomerados subnormais, que representam 5,5% do total de d.p.o. do estado. Só o município de São Luís concentra 22,3% desse total (61,8 mil d.p.o.). Encontra-se também em São Luís, o quinto aglomerado subnormal com maior quantidade de domicílios particulares ocupados do Brasil, o Coroadinho com 14.278 d.p.o.

Percebe-se que os setores com aglomerados coincidem, em sua maioria, com os setores mais pobres do município. O que corrobora a segregação urbana em São Luís, decorrente, em sua maioria, da forma de ocupação desigual, que resultou na expansão de áreas marginalizadas. Outros bairros como, Sá Viana, Gapara, Divinéia, Ilhinha, Portelinha são localidades extremamente deficientes por educação, saúde, e saneamento básico.

Os fenômenos aqui percebidos diferem em suas escalas, apresentando questões que demandam melhor conhecimento de suas configurações geográficas, levando-se em conta a dinâmica da população e, ao mesmo tempo, das políticas públicas e das classes que tem o seu controle.

Citações

1. Até o ano de 1958 a Ilha do Maranhão era formada apenas pelo município de São Luís. Atualmente, além de São Luís, é composta pelos municípios de São José de Ribamar (que foi emancipado de São Luís em 1952), Paço do Lumiar (1959) e Raposa (1994).

2. A identificação dos Aglomerados Subnormais é feita com base nos seguintes critérios: a) ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) possuir pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; precariedade de serviços públicos essenciais.
3. O uso de imagens de satélite de alta resolução permitiu grandes avanços na identificação e delimitação de aglomerados subnormais
4. O LIT foi uma pesquisa de campo em cerca de 30.000 setores censitários selecionados. Os critérios de seleção desses setores foram: setores censitários classificados nos Censos de 2000 e 2007 como aglomerados subnormais; setores censitários com similaridade socioeconômica aos aglomerados subnormais do Censo de 2000; áreas indicadas através de imagens de satélite; áreas similares a aglomerados subnormais constantes em planos diretores; outras áreas indicadas pelas equipes do IBGE nos estados. O LIT foi executado pelas equipes responsáveis pela base territorial do Censo Demográfico 2010.
5. As CMGEs são grupos formados em todos os 5.565 municípios por representantes do IBGE, das prefeituras e da sociedade. As CMGEs funcionaram como um canal de comunicação do IBGE e participaram de todo o processo de realização do Censo 2010. Sobre os aglomerados subnormais, nas CMGEs realizaram-se reuniões em 350 municípios, nestas reuniões foram apresentados os aglomerados subnormais identificados para a coleta do Censo 2010 (estes aglomerados subnormais foram levantados utilizando os critérios e métodos já expostos).
6. O primeiro é Rocinha (RJ) com 23.352 d.p.o.; o segundo é Rio das Pretas (RJ) com 18.700 d.p.o.; o terceiro é Sol Nascente (DF) com 15.737 d.p.o.; e o quarto é Casa Amarela (PE), com 15.215 d.p.o.

Referências Bibliográficas

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **O consumo do espaço**. São Paulo: Contexto, 1999.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010/agsub.asp?o=6&i=P>. Acesso: em 01 abr. 2012.

_____. **Censo 2010 aprimorou a identificação dos aglomerados subnormais**. Rio de Janeiro, 2011 (a). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2051. Acesso: em 01 abr. 2012.

_____. **Censo 2010: 11,4 milhões de brasileiros (6,0%) vivem em aglomerados subnormais**. Rio de Janeiro, 2011 (b). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2057&id_pagina=1. Acesso: em 01 abr. 2012.

_____. **Aglomerados Subnormais no Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2011 (b). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006923512112011355415675088.pdf>. Acesso: em 01 abr. 2012.

DIAS, Luiz Jorge Bezerra da Silva; NOGUEIRA JÚNIOR, João de Deus Matos. **Contribuição às análises ambientais da ilha do maranhão**. Ciências Humanas em Revista - São Luís, V. 3, n.2, dezembro 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP e A editora, 1999. (1a ed. La pensée marxiste *et al* ville, 1975).

LIMONAD, Ester. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. In: Santos, Milton et. al. **Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro. Lamparina. 2011.

LIPIETZ, Alan. **O capital e seu espaço**. São Paulo. Nobel. 1979.

MARICATO, Erminia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: Otília Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos** Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2000.

MASULLO, Yata Anderson Gonzaga. **Alterações ambientais na dinâmica da paisagem da franja costeira de São Marcos – São Luís – MA**. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2010.

ROSA, Daniel Pereira. Mobilidade urbana metropolitana e a produção socioespacial do conflito. In: SILVA, Catia Antonia da (org). **Território e ação social: sentidos da apropriação urbana**. Rio de Janeiro. Lamparina, 2011.

RIBEIRO, Helena; VARGAS; Helena Comin (orgs.). **Novos Instrumentos de Gestão Urbana**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SAMAS ENGENHARIA AMBIENTAL. **Plano de Controle Ambiental Reurbanização da Avenida Litorânea**. São Luis, 2001.

SANTOS, J.H.S. dos. **Análise por geoprocessamento da ocupação na Franja Costeira ao Norte da Cidade de São Luís – MA**. Rio de Janeiro: IGEO/PPGG/UFRJ. 149 p.1996. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Clara Raissa Pereira de. **Políticas públicas de habitação e transporte: o programa Minha Casa Minha Vida em São José de Ribamar, Maranhão**. 2011.101f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2011.

SILVA, Quésia Duarte da. **Dinâmica do processo de periferização em São Luís –MA**. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal do Maranhão. São Luís. 1995.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1988.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. Studio Nobel. FAPESP. São Paulo. 2001.

_____. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. Studio Nobel. São Paulo. 2012.

Artigo recebido em 16-07-2012

Artigo aceito para publicação em 20-09-2012